

ARTE E IDEOLOGIA NO CEMITÉRIO DE SANTO AMARO: O JAZIGO-CAPELA DE JOAQUIM NABUCO EM FOCO

*ART AND IDEOLOGY IN CEMETERY OF SANTO AMARO: THE JAZIGO-CHAPEL OF
JOAQUIM NABUCO IN FOCUS*

Davi Kiermes Tavares

Mestre/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
dakita@uol.com.br

José Paulo Siefert Brahm

Mestre/Museu Gruppelli
josepaulobrahm@gmail.com

RESUMO

Analisar o sentido do entrelaçamento entre arte funerária e ideologia em túmulos existentes nos cemitérios secularizados do Brasil, a partir do exame de um túmulo singular, edificado no Cemitério de Santo Amaro, Recife-PE, é o objetivo deste artigo. Trata-se do jazigo-capela de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), pernambucano reconhecido por seus méritos como ator social do Brasil imperial e dos primeiros anos de república, sobretudo por seu engajamento na luta não somente da abolição, mas também de inclusão social dos libertos. Túmulo-monumento de tipologia “celebrativa” ou “cívico-celebrativa”, destaca-se não apenas pelo caráter monumental e rica ornamentação artística - é considerado o mais valioso mausoléu do cemitério -, mas especialmente porque pertence à pessoa de proeminência político-social e resultou de encomenda pelo Governo do Estado de Pernambuco, em 1910. A fim de atingir o objetivo proposto, fundamentamos a argumentação analítica, sem prejuízo de outros autores, em Plekhanov (1964) e sua teoria utilitarista da arte, em Maria Elizia Borges (2002; 2014) e Harry Rodrigues Bellomo (2008) e os estudos sobre arte funerária no Brasil engendrados por ambos.

Palavras-chave: Arte. Ideologia. Cemitério. Joaquim Nabuco. Santo Amaro.

ABSTRACT

To analyze the meaning of the interweaving between funerary art and ideology in existing tombs in the secularized cemeteries of Brazil, from the examination of a singular tomb, built in the Cemetery of Santo Amaro, Recife-PE, is the proposal of the article. This is the tomb-chapel of Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), recognized by Pernambuco for his merits as social actor in imperial Brazil and the first years of republic, especially for his commitment to the struggle not only for abolition, but also for social inclusion two freedmen. Monument-tomb of "celebratory" or "civic-celebratory" typology, stands out not only for the monumental character and rich artistic ornamentation - it is considered the most valuable mausoleum of the cemetery - but especially because it belongs to the person of political and social prominence and resulted in an order by the Government of the State of Pernambuco in 1910. To achieve the proposed objective, we base the analytical argument, without prejudice to other authors, in Plekhanov (1964) and his utilitarian theory of art, in Maria Elizia Borges (2002; 2014) and Harry Rodrigues Bellomo (2008) and the studies on funerary art in Brazil engendered by both.

Keywords: Art. Ideology. Cemetery. Joaquim Nabuco. Santo Amaro.

Introdução

Sobre cemitérios, sobretudo aqueles edificadas entre os anos 1850 e primeiros decênios do século seguinte, no Brasil, já fora dito - por autores como Motta (s/d); Coelho (1991); Martins (s/d), entre outros - que são espelhos em que os vivos e os mortos se reconhec(iam)em reciprocamente; lugares onde as sociedades projeta(va)m seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias, e outras representações; espaços reprodutores da geografia social das comunidades e que apresentam clivagem de suas respectivas classes sociais. Tudo isso porque, neles, as atitudes humanas perante à morte são bastante visíveis e se expressam em obras escultóricas, muitas vezes assinadas por renomados artistas plásticos, permitindo, assim, a alusão a esses lugares como “museus ao céu aberto”.¹

É o caso do Cemitério de Santo Amaro, assim chamado popularmente, localizado no bairro homônimo, na cidade do Recife. “É a maior galeria de arte existente no Nordeste, em céu aberto... praticamente toda a história de Pernambuco, da segunda metade do século XIX até o início do século XXI, aqui está” (G1.GLOBO.COM/PERNAMBUCO, 2016), assegura Leonardo Dantas Silva – pesquisador e historiador pernambucano, integrante do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, autor dos argumentos justificadores, no processo, do pedido de tombamento do lugar.²

Em meio ao acervo tumular que lhe preenche o espaço, um túmulo se destaca entre tantos outros majestosos e referentes a grandes vultos históricos: é aquele referente à Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo ou simplesmente Joaquim Nabuco (1849-1910), o “Patrono da Raça Negra”. O túmulo-capela feito em homenagem a esse destacado personagem pernambucano com atuação política e diplomática no Brasil Império e nos é considerado, por especialistas no campo artístico (Valladares (1972), Borges (2014), por exemplo) verdadeira

¹ Para que os cemitérios se constituam, de fato, em “museus ao céu aberto”, necessário é que eles passem por um processo complexo de musealização. Sobre isso, ver os trabalhos de RIBEIRO; TAVARES; BRAHM (2016) e TAVARES; BRAHM; RIBEIRO (2017), nos quais o referido processo é analisado consoante critérios da museologia.

² Por iniciativa do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, que decidiu em reunião (datada de 1/11/2016), por unanimidade de seus componentes, foi dado início ao seu processo de tombamento. A solicitação (após ser aprovada pelo Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, quarenta e oito horas depois de formalizado o processo) foi encaminhada para análise por uma equipe técnica da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) –, órgão estatal que visa, além do incentivo à cultura, a preservação dos monumentos históricos e artísticos do Estado. “Estando tudo nos conformes, o processo volta ao Conselho, que vota novamente, desta vez para tomar o cemitério. Vale ressaltar que, enquanto o processo estiver em andamento, o local estará protegido”, afirma a gerente-geral de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundarpe – Márcia Chamixaes. Cf. na reportagem “Cemitério de Santo Amaro perto do tombamento”, Jornal do Comércio. Disponível em: <<https://goo.gl/DQgLFc>>. Acesso em: 1 nov. 2016. No momento da confecção deste texto (23/12/17), o processo ainda continua em análise pela equipe técnica.

obra de arte, quer do ponto de vista de sua concepção e autores, quer do ponto de vista do material utilizado em sua confecção, quer, ainda, pela sua suntuosidade e simbólica. Retomaremos essas observações, quando do exame do túmulo, em seção mais à frente.

Esses aspectos da construção tumular se coadunam aos diversos conceitos que estão imbricados no objeto analítico referenciado, ou seja, o conceito de arte, primeiramente - que neste trabalho diz respeito a “certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo, isto é: nossa cultura possui uma noção que denomina solidamente algumas de suas atividades e as privilegia” (COLI, 1995, p. 7). Ou, de outro modo e em complemento ao que foi colocado, a arte entendida como “uma produção humana que, tendo seu suporte numa determinada realidade (econômica, social, política, natural, etc.), a transcende e adquire o caráter simbólico, no qual se expressa uma ideologia” (DOBERSTEIN, 2011, p. 9).

A ideologia, por sua vez, é compreendida como “um conjunto relativamente coerente de representações, valores e crenças, através das quais os homens exprimem a maneira como vivem a sua relação com a sua existência” (HADJINICOLAOU, 1973, p. 28). Assim, a ideologia é condicionada historicamente e socialmente pelo lugar que seus portadores (os sujeitos que a manifesta) ocupam numa determinada sociedade, ou seja, conforme o grupo social a que pertencem.

Finalmente, a arte tumular ou arte funerária consigna uma área de estudo da cultura da morte expressa visualmente. De grande amplitude, a mesma pode abarcar aquelas formas relativas à estatuária funerária ou cemiterial (os monumentos fúnebres), fotografias mortuárias, estudo das marmorarias que materializaram essas obras, estudos das casas de pompas fúnebres, dos reclames, das propagandas ligadas à morte, da indumentária dos falecidos, dos rituais de sepultamento. “A arte funerária é um tipo de construção repleta de simbolismo, facilmente assimilado pelo grande público” (BORGES, 2002, p. 172). Ou, ainda, “uma forma de representação que está ligada à cosmovisão de determinado contexto histórico, ideológico, social e econômico, interpretando a vida e a morte. Essa interpretação pode ser feita através de um conjunto de símbolos ou de uma obra narrativa, utilizando-se materiais variados” (REZENDE, 2007, p. 57).

Uma construção aceita como obra de arte, no arcabouço teórico de Marcondes Filho (1997), pode relacionar-se com o receptor de três maneiras fundamentais: a) ela poderá ser “indiferente” ao receptor; b) poderá “mexer” com sua sensibilidade em direção a uma “confirmação” do esperado; ou c) provocar nele “reações” e “emoções” por meio do objeto

artístico. A terceira maneira resulta quando a obra de arte atinge sua expressão maior. A relação com o receptor é plena. Há emoção, há manifestação e apelo aos sentimentos, mas a fruição da arte não se encerra no simples olhar, ouvir, perceber. A forma como ela trata os motivos com que se preocupa mexe diretamente com a sensibilidade do receptor e põe em questionamento a posição deste em relação ao tema. Ela funciona como elemento questionador, ela se envolve na prática cotidiana do receptor e passa a atuar “junto com ela”.

Assentado nas colocações acima, o artigo tem por proposta analisar o sentido do entrelaçamento que existe entre a arte funerária e a ideologia nos cemitérios secularizados do Brasil, a partir do exame de um túmulo singular. Para tanto, utilizaremos argumentos fundamentados na teoria utilitarista da arte de Plekhanov (1969), nas assertivas de Marcondes Filho (1997) sobre “a ideologia na arte”, e nos estudos de Doberstein (2011), que analisa quais ideologias e determinações históricas condicionam a construção de estátuas em cidade (no caso, a estatuária em Porto Alegre). Outrossim, recorreremos, por oportuno, aos estudos sobre arte funerária no Brasil engendrados por Maria Elizia Borges (2002; 2014), os quais têm, entre outras preocupações, preencher uma lacuna da historiografia da arte brasileira - “que sempre se manteve mais atenta à qualidade estética das obras e das iconografias instaladas em lugares já consagrados do fazer artístico, como museus, galerias e centros culturais” (BORGES, 2014, p. 356) -, desmistificar e tirar do obscurecimento a arte funerária. E, de igual modo, consideraremos os argumentos de Harry Rodrigues Bellomo (2008), precursor igualmente no desvelar da arte funerária no Brasil com seus estudos iniciais em Porto Alegre.

É a partir desse universo que o texto caminhará, o qual - em última análise - retoma aspectos observados/estudados transversalmente em nossas finalizadas pesquisas de pós-graduação.

O cemitério de Santo Amaro: história em síntese

Localizado na rua do Pombal nº 1.821, bairro Santo Amaro, cidade do Recife (PE), o “Cemitério Público do Bom Jesus da Redenção”³ é conhecido simplesmente como “Cemitério

³ Esse é o seu nome oficial, conforme a pesquisadora Vanessa de Castro, que observa: “até hoje no Recife poucas são as pessoas que conhecem o cemitério pelo seu nome oficial” (CASTRO, 2007, p. 137). Fato esse constatado inclusive na literatura por nós pesquisada que lhe faz menção. “Cemitério do Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas” (FRANCA, 1977, p. 242); “Cemitério de Santo Amaro de Recife”

de Santo Amaro” (figuras 1 e 2). Sua criação decorre do contexto social brasileiro durante quase todo o século XIX - acometido especialmente pela mudança dos sepultamentos (de católicos) de dentro das igrejas e fora delas nos seus adros, cemitérios ou catacumbas (inumações “intramuros”) para cemitérios construídos longe desses locais (inumações “extramuros”) sob os pressupostos das teorias higienistas pregadas pelas escolas de medicina europeias, mormente as francesas, que defendiam desde o final do século XVIII a teoria de infecção do ar atmosférico pelos miasmas, interpretação que perdurou durante todo o século XIX.⁴



Figura 1: Vista da entrada do Cemitério Público do Recife, Cemitério de Santo Amaro - Recife, 1858.
Foto feita por Augusto Sthal. Fonte: <<https://goo.gl/ZLdnSm>>

(VALLADARES, 1972, p. 1.099); “Cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção” (SILVA, s/d) são alguns exemplos disso.

⁴ “Miasma era o termo usado para designar todas as emanações nocivas que corrompem o ar e atacam o corpo humano. Somente o olfato poderia advertir a sua presença; ‘não nos é dado tocá-los nem vê-los’. Entre os focos de infecção, além dos pântanos, um dos mais perigosos para o homem ‘é o próprio homem vivo ou morto’. ‘O corpo humano, mergulhado em uma atmosfera miasmática é acessível à infecção por todos os pontos, mas sobretudo pelas vias respiratórias. [...]. Os indivíduos fracos e medrosos, os que estão debilitados, por privações, pesares ou fadigas, resistem menos a esta ação. [...]’. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular e das ciencias**. Pariz: Chernoviz, 6. ed., 1890. Verbete MIASMA. (Unicamp Biblioteca Central, Setor de Obras Raras). Sobre as teorias higienistas europeias, ver CORBAIN (1987)” (Apud CASTRO, 2007, p. 20).

Esse campo santo se constituiu no primeiro cemitério público do Recife (e de Pernambuco, por extensão). Sua inauguração, em 1851, só veio efetivamente acontecer diante do pânico e da mortandade causados pela epidemia de febre amarela (1849-1850), que acometeu a referida cidade, após ser aprovada a sua construção pela lei municipal nº 91/1841. Esta lei foi aprovada no bojo do plano de melhoramentos (à semelhança de cidades europeias como Londres, Berlim, Paris, especialmente) para a cidade do Recife, pelo seu então governador Francisco do Rego Bastos, através da contratação de mão-de-obra vinda do exterior.⁵



Figura 2: Vista da entrada do Cemitério de Santo Amaro em 2015. Fonte: Autores, 2015.

Em 1839, chegava ao Recife a Companhia dos Operários Alemães, sob a chefia do engenheiro Augusto Kersting, composta por vários profissionais, como pedreiros, ferreiros, carpinteiros e pioneiros, num total de 200 trabalhadores. Mesmo assim, este contingente não era suficiente para atender à demanda de obras públicas, fazendo com que a mão-de-obra local fosse conjuntamente utilizada com a estrangeira.

Conforme Flávio Guerra (1973), a Câmara Municipal do Recife contratou em 1839 o engenheiro alemão João Bloem para executar as reformas na cidade. Bloem iniciaria, nos meses iniciais do governo de Francisco Rego Barros, os primeiros projetos dos planos de europeização que foram seguidos por Júlio Boyer e posteriormente por Vauthier (ambos engenheiros franceses). Juntamente com este último vieram para Pernambuco, para trabalharem na Repartição de Obras Públicas (ROP), os engenheiros franceses Pedro Victor Boulitreu e Auguste Millet. Coube a Vauthier chefiar a ROP.

⁵ A lei nº 91 foi ignorada por quase dez anos, durante os quais os sepultamentos dentro das igrejas foram tolerados. Mesmo com a criação do Conselho de Salubridade em 1845 e sua atuação na divulgação das ideias higienistas, o assunto sobre a construção do cemitério público só teria repercussão com a chegada da epidemia de febre amarela, no verão de 1849.

A vinda de engenheiros estrangeiros foi significativa para o então governo e a escolha de Vauthier, para direção da ROP, teve o objetivo de introduzir soluções rápidas e duradouras no campo da higiene e civilidade. Nesse sentido, a presença do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier (1840), para chefiar a Repartição de Obras Públicas (ROP), daria o tom do programa de melhoramentos materiais idealizados pelo governador Rego Barros.

Em 1842, diante do entrave político para obtenção dos recursos para obras de melhoramentos sanitários, foi formada uma comissão encarregada de preparar um plano técnico para a construção do cemitério, cujo projeto foi entregue à presidência da província em março de 1843. A comissão foi composta, segundo as determinações do artigo 3º da lei nº 91/1841, por um engenheiro, o Sr. Vauthier, e por três doutores em medicina, Joaquim de Aquino Fonseca, José Eustáquio Gomes e José Joaquim de Moraes Sarmiento, todos membros da Sociedade de Medicina de Pernambuco.

O fato é que, somente diante do cenário da epidemia de febre amarela que o assunto do cemitério público voltaria à tona.⁶ O projeto de construção do cemitério público, que não fora encontrado quando o novo Presidente da Província (novo governador) o requisitou,⁷ ensejou que o Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, que havia assumido o comando da Província em 1849, nomeasse o Sr. José Mamede Alves Ferreira, então engenheiro chefe das obras públicas, para substituir o engenheiro Vauthier, que não mais prestava serviços à província de Pernambuco, no comando da construção. Também foram convocados os mesmos médicos da primeira comissão. A partir de esboço do projeto original, que estava sob a guarda do Sr. Mamede, a nova comissão “reproduziu-o com pequenas alterações”, para executar o quanto antes o cemitério extramuros.

Existem divergências na historiografia pernambucana sobre qual engenheiro teria sido o idealizador do Cemitério Público do Bom Jesus da Redenção. Gilberto Freyre conferiu a autoria do projeto ao engenheiro Vauthier (FREYRE, 1940), enquanto Cleonir Xavier Costa e

⁶ A febre amarela, que grassou no Recife a partir de 1849 até 1851, chegou pela principal porta de entrada da cidade – a zona portuária. De fato, vindo da província da Bahia, um *brigue* de bandeira francesa, chamado *Alcyon*, aportou na cidade. Um marujo acometido pela doença recebeu tratamento em uma casa de saúde da cidade, ao contrário do que o regulamento de segurança sanitária recomendava. Retornando à embarcação sob ordem policial, após intervenção do médico higienista Dr. Aquino Fonseca, membro do Conselho Geral de Salubridade Pública (órgão governamental responsável pelo programa de medicalização da morte em Pernambuco), veio a falecer 24 horas depois. “Como rastilho de pólvora, a febre tomou conta da cidade, atingindo em poucos dias o bairro da Boa Vista, a ilha de Santo Antônio e o bairro de São Frei Pedro Gonçalves, sucessivamente, bem como outros navios ancorados no porto do Recife” (CASTRO, 2007, p. 126).

⁷ “O memorial descritivo do projeto cemitério, elaborado pela primeira comissão em 1843, foi localizado em fevereiro de 2004 pela pesquisadora Carolina Cahu, na coleção de ofícios que a Repartição das Obras Públicas enviava à Presidência da Província de Pernambuco. Infelizmente a sua planta não estava em anexo. Fonte: OP, códice 15, 1843, fls. 87-93 (APEJE – Divisão de Manuscritos)” (CASTRO, 2007, p. 132).

Vera Lúcia Acioli, biógrafas de José Mamede Alves Ferreira, talvez por desconhecerem o projeto de 1842, afirmaram como sendo dele a autoria do projeto, “uma vez que, até 1850, a comissão composta por Vauthier e os doutores Aquino Fonseca, Moraes Sarmiento e Eustáquio Gomes não tinha apresentado nenhum trabalho técnico” (COSTA; ACIOLI, 1985, p. 37).

Quanto às propostas de traçado arquitetônico para o cemitério público do Recife, parece ter havido discordância entre os médicos e o engenheiro francês. A forma adotada no projeto foi o quadrado, cuja geometria não era defendida pelo segundo. Para este, a forma circular seria mais econômica, bela e funcional, pois facilitaria o trânsito dentro do cemitério. Uma segunda opção era o pentágono, que estaria no meio termo entre o quadrado e o círculo. A decisão pela escolha do traçado quadrangular talvez possa ter sido influenciada pelos modelos de cemitérios franceses. O cemitério seria cercado com um muro de 12 palmos de altura (2,64 m) e, para manter a salubridade, seria construída uma vala ao longo do muro para o escoamento das águas pluviais.

O cemitério foi projetado para ter alamedas e alíneas radiais, convergindo para uma capela central, formando quadras, a fim de facilitar a localização das sepulturas (figura 3). A capela teria forma de “cruz grega em estilo gótico”, geralmente usada na Europa nas edificações religiosas, para ali as famílias depositarem os mortos e celebrarem os ofícios fúnebres. “É provável que o projeto de uma capela no cemitério tivesse sido inspirado nas instruções da Ordem Régia de 1801, com o intuito de eliminar as encomendações nas igrejas da cidade e de reforçar a ideia de ‘local sagrado’ para a população” (CASTRO, 2007, p. 100).



Figura 3: Vista aérea do cemitério, vendo-se a capela ao centro, as ruas irradiadas a partir dela e as quadras
Fonte: Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.

Nos dias atuais, Santo Amaro faz parte da Divisão de Necrópole Norte (DVNN), vinculada à EMLURB (Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana), da Prefeitura da Cidade do Recife. Tem uma média de 20 a 25 sepultamentos por dia. Possui 1.409 jazigos, 1.886 túmulos, 1.993 catacumbas, 9.008 ossuários, 2.279 gavetas, e 8.988 covas particulares, além de 2.042 catacumbas e 5.250 jazigos pertencentes ao município de Recife, totalizados em 14,5 hectares.

Cemitério oitocentista⁸ dos mais importantes e originais do país, nele estão enterrados barões, escravos, políticos, “novos ricos” e pessoas vinculadas às irmandades religiosas e anônimas, o que faz do espaço um universo repleto tanto de monumentos marmóreos quanto de sepulturas caiadas, distribuídos por áreas específicas, ladeadas de palmeiras imperiais. É o retrato da sociedade pernambucana do século XIX. E isso está refletido na suntuosidade dos jazigos daqueles detentores de riqueza e vaidade: comerciantes ricos em vida, que, por presunção, não desejariam que fossem sepultados em covas comuns.

Dessas considerações aduzimos duas posições: a primeira, de que o cemitério oitocentista “torna-se o espaço mais intimista da cidade – e um dos mais autênticos – por exprimir os anseios da sociedade nos discursos familiares, políticos e sociais, ao representar a identidade dos falecidos através do túmulo idealizado” (CARVALHO, 2009, p. 35). A segunda, considera que

A presença de túmulos monumentais constitui por excelência a afirmação de uma posse simbólica do espaço cemiterial por parte de determinados segmentos burgueses da sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX, que reivindicaram para si suas singularidades de classe, através da recomposição dos liames familiares e, posteriormente, já nos primeiros decênios do século XX, pela progressiva individualização de seus membros, em túmulos individuais e personalizados (MOTTA, 2011, p. 281)

Os sentidos expostos revelam o cemitério oitocentista como um dos lugares *par excellence* da sociedade onde expressões ideológicas dos mais diversos matizes, sobretudo as religiosas e as políticas, localizam-se, manifestam-se. “As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias” (BELLOMO, 2008, p. 13).

O processo de musealização do cemitério de Santo Amaro é apontado - no documento que pede o seu tombamento - como necessário devido à importância deste espaço como repositório de obras de arte, sobretudo plásticas e da arquitetura. Dentre os vários destaques

⁸ Cemitério oitocentista significa cemitério público construído no século XIX, onde a principal característica é a preservação dos vestígios do morto, materializada através de construções grandiosas, decoradas com representações estatuárias e outros adereços.

de seu numeroso e rico acervo histórico, artístico, cultural são mencionados, por exemplo, as artes tumulares construídas em memória a Manoel Borba⁹ (figura 4), José Mariano e sua esposa Olegária Gama¹⁰ (figura 5), além, por óbvio, aquela a Joaquim Nabuco – alvo de nossa



Figura 4: Arte tumular em homenagem ao ex-Governador de Pernambuco, Manoel Borba.

Fonte: Autores, 2016.

apreciação a seguir.



Figura 5: Arte tumular em homenagem a José Mariano e sua esposa Olegária Gama. Fonte: Autores, 2016.

Joaquim Nabuco: múltiplas personas em uma só vida¹¹

⁹ Manuel Antônio Pereira Borba (1864-1928), mais conhecido como Manuel Borba, foi um personagem da vida pública e política de Pernambuco. Deputado Federal (1912-1915), Governador do Estado (1915-1919), Senador da República (1920-1928). Seu período governamental foi caracterizado por grandes mudanças nas áreas de comunicação, educação, segurança penitenciária, saúde, funcionalismo, e obras públicas de utilidade na cidade do Recife, como testemunham as pontes de Caxangá, Madalena, que foram construídas. Cf. <<https://goo.gl/bN8HVn>>

¹⁰ Olegário Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912) foi um pernambucano dos mais ardorosos lutadores pela causa abolicionista (fundando jornal simpático à causa – “A Província”, membro de associação emancipatória “Clube do Cupim”, fundada em 1884, que alforriava, defendia e protegia escravos), colega de Joaquim Nabuco na Faculdade de Direito do Recife, deputado constituinte (1890) e Prefeito do Recife eleito em 1891. Excelente orador popular, grande abolicionista e republicano, e, principalmente, um pernambucano que deu tudo de si, ao próximo e à Pátria – assim fora estimado pelos seus contemporâneos que almejam ele assim lembrado. Cf. <<https://goo.gl/R83ZbN>>

¹¹ Existe uma fortuna bibliográfica, em língua pátria, sobre Joaquim Nabuco. Sugerimos, para aqueles que ainda o desconhecem ou desejarem aprofundar-se no conhecimento deste ilustre brasileiro, especialmente os livros escritos por Carolina Nabuco, sua filha (*A vida de Joaquim Nabuco*. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979); Luiz Viana Filho (*A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Livraria Martins, 1973); Manuel Correia de Andrade (*Joaquim Nabuco: um exemplo de pernambucanidade*. Recife: CEPE, 2000); Ricardo Salles (*Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002); Angela Alonso (*Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007). Nossa abordagem se restringirá a um sobrevoos sobre sua existência no intuito de fundamentar a homenagem que lhe foi proporcionada em forma de arte funerária, no Cemitério de Santo Amaro, como reflexo de seu valor, em vida e em pós-vida, para o país.

Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo) (figura 6) é “uma vida que se narra”, no dizer de Kenneth David Jackson (2008) – professor do Departamento de Espanhol e Português na Universidade de Yale. Essa consideração se deveu a propósito de sua vida tão dispersa e variada, enraizada geograficamente em duas regiões do Brasil (Nordeste e Sudeste), no continente europeu (Londres), depois na América do Norte (EUA), dividida por fases e identidades bem distintas ou profissões e interesses variados, conforme a perspectiva de abordagem assumida por seus biógrafos, quais sejam: “o abolicionista”, “o católico”, “o exilado”, “o democrata”, “o revolucionário conservador”, “o jornalista”, “o diplomata”, “o parlamentar”, “o escritor”, “o pan-americano”, “o monarquista”, “o geógrafo”, “o poeta e moralista”, “o menino de engenho”, “o reformista”, “o historiador”, “o memorialista”... Essas e outras mais.



Figura 6: Joaquim Nabuco aos 30 anos, 1885.
Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Tal plethora de olhares, por si só, é indicativo de sua relevância tanto como “pensador que inventou o Brasil (autor que se dedicou a explicar a ‘formação do Brasil’)” (CARDOSO, 2013) quanto um, entre vários, “intérpretes de um enigma chamado Brasil” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009) - para ficarmos somente nesses dois lemas relativos ao escrutínio do pensamento social brasileiro.

Nascido no Recife, em 19 de agosto de 1849, e falecido em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910, fora o quarto filho do Senador José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana

Benigna de Sá Barreto. No Colégio Pedro II, estudou humanidades, bacharelando-se em Letras. Em 1865, seguiu para São Paulo, onde fez os três primeiros anos de Direito e formou-se no Recife, em 1870. Foi adido de primeira classe em Londres, depois em Washington, de 1876 a 1879.

Atraído pela política, foi eleito deputado geral por sua província, vindo então a residir no Rio. Sua entrada para a Câmara Federal marcou o início da campanha em favor do Abolicionismo, que logo se tornou causa nacional, na defesa da qual tanto escreveu e falou. De 1881 a 1884, Nabuco viajou pela Europa e em 1883, em Londres, publicou *O Abolicionismo*.

De regresso ao país, foi novamente eleito deputado por Pernambuco, retomando posição de destaque da campanha abolicionista, que cinco anos depois era coroada de êxito. Ao ser proclamada a República, em 1889, permaneceu com suas convicções monarquistas. Retirou-se da vida pública, dedicando-se à sua obra e ao estudo.

Nessa fase de espontâneo afastamento, Joaquim Nabuco viveu no Rio de Janeiro, exercendo a advocacia e fazendo jornalismo. Frequentava a redação da *Revista Brasileira*, onde estreitou relações e amizade com altas figuras da vida literária brasileira, Machado de Assis, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, entre outros, de cujo convívio nasceria a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897 (figura 7).

Nesse período, Joaquim Nabuco escreveu duas grandes obras: “Um Estadista do Império”, biografia do seu pai, mas que é, na verdade, a história política do país e um livro de memórias, “Minha Formação”, obra considerada clássica da literatura brasileira.

No ano de 1900, o então Presidente da República, Campos Sales, conseguiu demovê-lo a aceitar o posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial em Londres, na questão do Brasil com a Inglaterra, a respeito dos limites da Guiana Inglesa. Em 1901, era acreditado em missão ordinária, como embaixador do Brasil em Londres e, a



Figura 7: Joaquim Nabuco e outros membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897 (segundo do canto

Machado de Assis (org.), 1995, p. 70.

partir de 1905, em Washington. Em 1906, veio ao Rio de Janeiro para presidir a 3ª. Conferência Pan-Americana. Em sua companhia veio o Secretário de Estado norte-americano Elihu Root. Ambos eram defensores do pan-americanismo, no sentido de uma ampla e efetiva aproximação continental.

Grande era o seu prestígio perante o povo e o governo norte-americano, manifestado em expressões de admiração dos homens mais eminentes, a começar pelo Presidente Theodore Roosevelt e pelo Secretário de Estado Root; e na recepção das Universidades, nas quais proferiu uma série de conferências, sobre cultura brasileira. Quando faleceu, em Washington, seu corpo foi conduzido, com solenidade excepcional, para o cemitério da capital norte-americana, e depois foi trasladado para o Brasil, no cruzador North Caroline. Do Rio de Janeiro foi transportado para o Recife, a cidade que o viu nascer.

Um homem de múltiplas personas jamais poderia ter uma morte só. Pois bem. Nabuco teve três – na instigante apreciação de uma de suas biógrafas: primeiro morreu o embaixador (“Recoberto por uma bandeira do Brasil, seu caixão desfilou por Washington numa carreta da artilharia, seguido por auxiliares e amigos de data recente, jornalistas e diplomatas.”); depois, o erudito defensor da monarquia brasileira (“Na antiga capital do Império desembarcaram outro morto: o intelectual monarquista.”); por fim, o entusiasta defensor do fim da escravatura (“O abolicionista morreu foi no Recife.”) (ALONSO, 2007, p. 13, 14, 15 – por ordem de citação).

Entre a sua morte, em Washington DC, onde atuava como Embaixador do Brasil, até o sepultamento de seu corpo no Cemitério de Santo Amaro, no Recife, decorreram mais de dois meses, incluso os dias – quatro - da passagem de seu féretro pelo Rio de Janeiro (então capital do país), onde foi homenageado pelas autoridades do país e pelo povo mais simples em termos de status social. Foi um dos funerais mais longos da história do Brasil.¹²

Homenagem e sentido: arte e ideologia no jazigo-capela

“Se o Recife reclamar o meu corpo, não o negue”, recomenda Nabuco a sua esposa Evelina Torres Soares Ribeiro ao pressentir que “a Indesejada das gentes”¹³ estava em

¹² Imagens desse acontecimento foram resgatadas pelo documentário “Nabuco.doc”, dirigido por João Carlos Fontoura, para a TV Senado, o qual indicamos aos interessados. Cf. o vídeo em: <<https://goo.gl/V3DGQG>>

¹³ “Quando a Indesejada das gentes chegar / (Não sei se dura ou caroável), / Talvez eu tenha medo. / Talvez sorria, ou diga:/ - Alô, iniludível! / O meu dia foi bom, pode a noite descer. / (A noite com os seus sortilégios.) /

iminência de chegar. Diversos problemas de saúde sinalizavam-no quanto a isso. E “ela” veio. E o Recife requisitou seu corpo.

Uma narrativa descreve os momentos derradeiros, quando o esquife chegou em 17 de abril de 1910, na cidade que o viu nascer:

O abolicionista morreu foi no Recife. Lá, marinheiros descendentes dos escravos que ajudara a libertar o desembarcaram do vapor Carlos Gomes. O nome evocava as óperas que tinham embalado suas gloriosas campanhas eleitorais, quando moças, estudantes, cidadãos comuns, se apinhavam para vê-lo, atirando para o alto flores e chapéus. Quando fora Quincas, o Belo, com seus bigodes longos, olhos penetrantes, voz imperiosa, clamando pela abolição da escravidão, enquanto as ruas clamavam por ele. No Recife começou sua lenda. Ali se fez príncipe dos escravos, marca de cigarro, rótulo de cerveja, o rosto mais estampado, o nome mais ouvido no país.

A cidade pátria, onde nunca viveu seguidamente, despediu-se do filho pródigo carregando-o pelas praças abarrotadas de gente, como era costume quando ele aportava. À frente ia José Mariano, aliado das rinhas eleitorais, acusado de matar em honra sua. Os braços abolicionistas o devolveram ao seu palco principal, o teatro Santa Isabel, onde fora nada menos que um astro. Tremulavam bandeiras de todas as associações abolicionistas.

Ao som da marcha fúnebre, uma procissão o seguiu pelas alamedas: normalistas de branco, tarjadas de luto, orquídeas e cravo nas mãos; na cabeça, grinaldas. As últimas noivas do galanteador. No cemitério de Santo Amaro não o aguardavam outros de seu nome, nem amadas, nem companheiros de causa. Nabuco baixou sozinho, depois do toque de silêncio, seguido pelo troar dos canhões e as salvas da infantaria. O mausoléu ergue-se no mármore de Carrara, digno de seu requinte (ALONSO, 2007, p. 15-16).

Transcorria o tempo de Herculano Bandeira de Melo (1908-1911) no comando do governo do Estado de Pernambuco, que encomenda um conjunto escultórico para sobrepor à sepultura, como forma de prestar mais uma homenagem a tão insigne pernambucano. Foi confeccionado, então, na Itália, um jazigo-capela todo ele em mármore de Carrara pelo escultor italiano Giovanni Nicolini (1872-1956). Trata-se de uma construção em forma de capela construída em cemitério ao ar livre, cuja sepultura subterrânea reúne todos os mortos de uma mesma família. “Esse tipo de jazigo se impôs a partir do século XIX, quando a burguesia teve o privilégio de poder construir um recinto privativo, em local público, para fazer suas orações, sem ser importunada, e para aproximar-se fisicamente dos entes mortos” (BORGES, 2002. p. 176). Para instalá-lo, vem ao Recife o marmorista também italiano Renato Boretta (S/N), entregando-o em novembro de 1914.¹⁴ O conjunto estatuário é composto de duas faces: uma, que contém a herma (lado posterior – figura 8), outra, que

Encontrará lavrado o campo, a casa limpa, / A mesa posta, / Com cada coisa em seu lugar.” Consoada. In: BANDEIRA, Manuel. **Bandeira de bolso**: uma antologia poética. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 133.

¹⁴ “Os túmulos, de mármore, eram comprados na Itália e vinham desmontados em navio, assim como as estátuas decorativas, diz o arquiteto e pesquisador José Luiz Mota Menezes”. Cf. em ALVES, Cleide. **Turismo cemiterial em Santo Amaro. Já pensou nessa ideia?** Disponível em: <<https://goo.gl/qt7A12>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

encerra a capela (lado anterior – figura 9), compondo uma construção suntuosa e integrada. O jazigo está situado na parte à esquerda da entrada, terceira quadra do cemitério.



Figura 8: Lado posterior do jazigo-capela – a herma.
Fonte: Autores, 2014



Figura 9: Lado anterior do jazigo-capela - capela.
Fonte: Autores, 2014.

O lado da herma apresenta elementos figurativos, dotados de simbolismo, os quais remetem à causa maior que Nabuco emprestou seu gênio e vigor: a libertação dos escravos no Brasil. Libertação essa que propunha, em sua completude, a integração social dos ex-cativos – o que ainda está por acontecer. No alto, vê-se esculturas - crianças, mulheres, homens seminus e entrelaçados - representando ex-cativos, que conduzem, sobre suas cabeças, um caixão (o caixão de Nabuco) (figuras 10 e 11).



Figura 11: Lado da capela: detalhe, no alto, dos ex-cativos carregando um caixão.
Fonte: Autores, 2014.

Em primeiro plano, o busto de Joaquim Nabuco, em mármore, tendo ao seu lado uma figura de mulher, a História, que ornamenta de rosas o pedestal do busto, onde está escrito: “A Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo. Nasceu a 19 de agosto de 1849. Faleceu a 17 de janeiro de 1910” (figuras 12 e 13).



Figura 12: Detalhe do busto e figura de mulher. Fonte: Autores, 2014.



Figura 13: Detalhe do pedestal com a homenagem. Fonte: Autores, 2014.

Na parte concernente à capela, existe outra dedicatória a Nabuco: “Homenagem do Estado de Pernambuco ao seu dilecto filho, o Redemptor da raça escrava no Brasil” (figura 14).

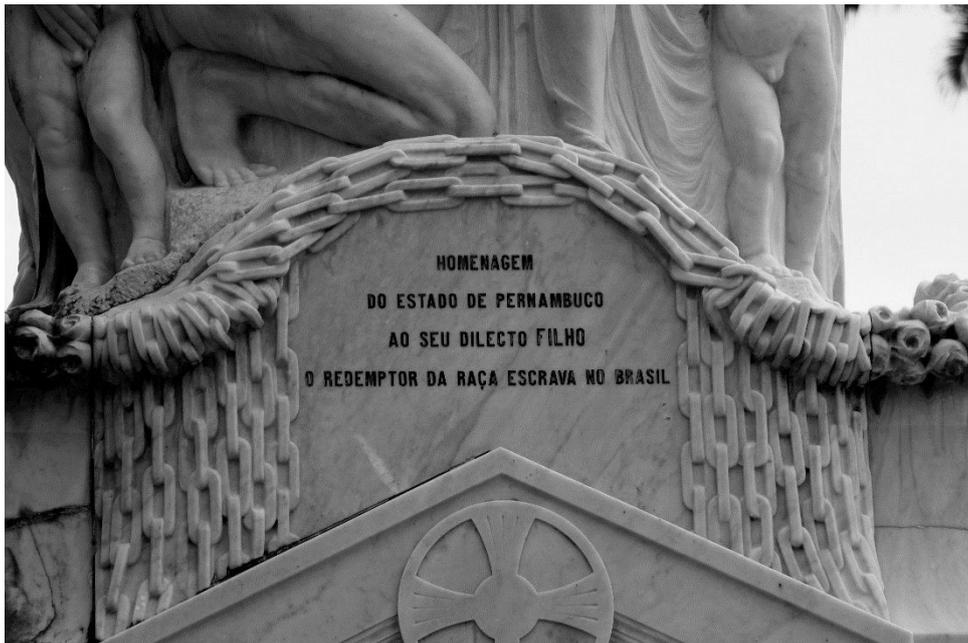


Figura 14: Detalhe da parte posterior com os dizeres. Fonte: Autores, 2014.

Avançando mais um pouco na descrição analítica da capela-jazigo ou do túmulo celebrativo de Nabuco, podemos acrescentar, lastreados em Borges (2014), que a força simbólica que o painel de esculturas comunica é um dos componentes a contribuir para o destaque do túmulo em meio a tantas outras esculturas suntuosas que compõem o acervo do cemitério. Em sua apreciação, a pesquisadora considera:

De acordo com os postulados do estilo simbolista – que agrega valores *art nouveau e liberty* –, o escultor italiano Giovanni Nicolini realizou uma narrativa visual – *Alegoria da Gratidão* – composta de homens, mulheres e crianças seminus, que, com uma movimentação cadenciada dos corpos dotados de beleza clássica, teatralizam o esforço realizado para levantar aos céus o esquife daquele que foi o “redentor da raça escrava no Brasil”, segundo o texto que está sobre a porta da capela (BORGES, 2014, p. 372).

Por outro referencial, o conjunto escultórico de Nabuco pode ser analisado como um túmulo-monumento de tipologia celebrativa ou cívico-celebrativa, uma vez que possui uma dupla função: serve de sepultura; celebra a memória do sujeito destacado no mundo político, social e cultural, que ele foi. Coaduna-se, desse modo, à classificação elaborada por Bellomo (2008) - um “inventário tipológico” da escultura funerária, com três tipos: tipologia cristã, tipologia alegórica e tipologia celebrativa ou cívico-celebrativa -, sendo o último tipo deste modo considerado:

Devido a essa dupla função [serve de sepultura e celebra a memória do sujeito destacado], estes túmulos costumam ter a imagem do morto e alegorias representativas das atividades exercidas ao longo da vida ou da sua ideologia. Em

geral, essas sepulturas foram financiadas pelo Governo Estadual, corporações, entidades empresariais ou, mesmo, por grupo de amigos e familiares (BELLOMO, 2008, p. 21, interpolação nossa).

Dessa mirada, não é difícil admitir o jazigo-capela em homenagem a Nabuco como reflexo do “espírito de época”, o espírito positivista:¹⁵ caracterizado pela simbologia alegórica típica dessa corrente de pensamento a demonstrar ideias que lhe são caras como a exaltação do político, da figura do herói, da imortalidade.¹⁶

Vale lembrar que as concepções positivistas permeavam o campo do pensamento intelectual brasileiro a partir da segunda metade do século XIX num processo de expansão, e que se configurarão predominantes após a “proclamação” da República. No Brasil, os ideais positivistas ganharam divulgação sobretudo através dos militares e de suas escolas de formação.

Além disso, setores do Estado que defendiam a filosofia positivista desempenharam papel expressivo, impulsionando tanto a campanha republicana quanto a abolicionista no país, contexto que possibilitou o destaque de personagens como Joaquim Nabuco. E, por mais de um quarto de século, o predomínio político-ideológico de matiz positivista se sobrepôs nas estruturas do poder governamental em seus diversos níveis.

Nesse cenário, era natural o Governo ter por norma a celebração cívica principalmente dos líderes políticos vinculados ao grupo dominante. Assim, patrocinou não só a construção de monumentos públicos, mas também de uma série de jazigos monumentais pelos cemitérios, reafirmando seus valores políticos e igualmente atendendo ao princípio positivista do culto cívico ao líder e da conservação de sua memória.

¹⁵ O Positivismo é uma doutrina filosófica que surgiu na França no início do século XIX e ganhou pujança na Europa, na segunda metade do século XIX e primeiro decênio do século XX. Sua origem e divulgação se encontram no francês Auguste Comte (1798-1857), autor e mentor principal, e no inglês John Stuart Mill (1806-1873). Para Comte, o positivismo é uma doutrina, além de filosófica, também sociológica e política. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Somente podemos afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. A ideia-chave do positivismo comtiano é a “Lei dos três estados”, de acordo com a qual o entendimento humano passou e passa por três estágios em suas concepções, isto é, na forma de conceber as suas ideias e a realidade, em um *continuum* evolutivo: a) Estágio Teológico - o ser humano explica a realidade por meio de entidades supranaturais (os “deuses”), buscando responder a questões como “de onde viemos?” e “para onde vamos?”; além disso, busca o absoluto; b) Estágio Metafísico - é uma espécie de meio-termo entre a teologia e a positividade; c) Estágio Positivo - etapa final e definitiva, na qual o ser humano não busca mais o “porquê” das coisas, mas sim o “como”, por meio da descoberta e do estudo das leis naturais, ou seja, relações constantes de sucessão ou de coexistência. A imaginação subordina-se à observação e busca, agora, apenas pelo observável e concreto. Cf. em Héglio Trindade (Org.) (2007).

¹⁶ A exaltação de Joaquim Nabuco - enquanto político, herói e imortal - é examinada com propriedade nos estudos de Alencar & Pessoa (2002), Bonafé (2008), Azevedo (2001), respectivamente.

Para os positivistas, o indivíduo só existe no coletivo. Conforme esse ideário, com relação à simbólica cemiterial, os túmulos devem representar a vida social conexa à comunidade, sendo as personalidades fenecidas - públicas e de destaque - objeto de homenagem, imortalizadas pela arte. Logo, as obras tumulares buscavam aprimorar o caráter dos indivíduos representados através da consagração da coragem, prudência, firmeza, entre outras virtudes.

Mas... existe obra de arte que careça por completo de conteúdo ideológico? Consoante o teórico marxista de Estética, Georgi Valentinovich Plekhanov (1856-1918), não.

Em seu livro “A Arte e a Vida Social” (1969 [1912]), que foi construído sobre questões candentes - ainda hoje atuais, a saber: Pode a arte contribuir para o desenvolvimento da consciência humana? Deve a arte ter um fim utilitarista ou é uma finalidade em si? Qual o sentido da arte? -, ele as analisa em face das próprias declarações dos criadores de arte, os artistas, e pontua certas afirmações. Entre essas, no interesse deste artigo, vale reproduzir algumas. Primeiramente, ele observa que “não é possível obra artística sem conteúdo ideológico. Inclusive as obras dos autores que se preocupam exclusivamente com a forma, sem fazer caso do conteúdo, exprimem, [...] uma ideia” (p. 24). Depois: “A arte é um dos meios de comunicação espiritual entre os homens. E quanto mais elevado é o sentimento expresso pela obra de arte, tanto melhor pode ela desempenhar, em igualdade com as demais circunstâncias, seu papel de meio de comunicação” (p. 24-25). Mais adiante: “nem toda ideia pode servir de base a uma obra de arte. Só o que contribui para a comunicação entre os homens pode servir de verdadeira inspiração para o artista” (p. 38).

Ademais, Françoise Choay (2006) observa que os monumentos possuem um caráter propedêutico em relação à sociedade porque, por meio da observação dos princípios que moveram os homens do passado – idealizados em determinados símbolos -, os homens do presente são emocionalmente tocados e mobilizados:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas

naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2006, p. 18).

Ao nosso juízo, o sentido do monumento devotado a Nabuco, que se localiza no Cemitério de Santo Amaro, será melhor compreendido dentro desse quadro de referência. A homenagem funéreo-escultórica, exemplo entre vários outros espalhados por dezenas de cemitérios do país, encerra em si os ideais positivistas de exaltação do herói, imortalização do homenageado pela perpetuação da memória (de sua memória). Foi erigido ainda no intento de servir como exemplo às gerações vindouras, que, destarte, manteriam ou procurariam manter a ordem fundamental para o progresso da humanidade. Exemplo mais claro da utilização da arte pelo poder político, para passar sua ideologia à sociedade, não há.

Considerações Finais

Buscamos abordar neste artigo a questão do relacionamento entre a arte e a comunicação que ela encerra, e o sentido disso. No caso, a arte cemiterial como suporte de mensagem com conotação ideológica de matiz política. Para tanto, através do exame de um túmulo magnífico, procedemos, de maneira sintética, com base nas orientações de Marcondes Filho (1997), a sua clivagem em dois níveis.

No primeiro, procuramos levar em conta a obra em si, naquilo que o autor chama “análise ‘interna’ da obra”. Nesta, “o pesquisador deverá separar os elementos que compõem a obra e analisá-los num primeiro momento, separados; descobrir o aspecto simbólico que cada um possui e tentar desvendar a significação neles contida” (MARCONDES FILHO, 1997, p. 70). Para isso é preciso conhecer as formas de simbologia presentes e passadas, seu uso separado e integrado a outros símbolos da cultura. Depois, é preciso reunir os diversos elementos dessa obra e tentar fazer uma leitura conjunta de todos os aspectos, buscando reconhecer que tipo de mensagem emana da associação de tantos elementos simbólicos. Tal processo pressupõe considerar que a linguagem da Arte é, por excelência, de natureza simbólica (como o sonho) e que isto tem uma referência direta a mecanismos mentais, que as pessoas não decifram rapidamente, e que exigem às vezes o recurso a um especialista.

A clivagem em segundo nível requer analisar a obra dentro do chamado “contexto social”, ou seja, em que época ela foi criada, quais eram as características dessa época em termos de sociedade, cultura, mentalidade, valores, situação política, econômica, religiosa etc.

e tentar, a partir daí, compreender a obra como um produto do meio onde ela apareceu (MARCONDES FILHO, 1977, p. 70).

Assim acontecendo, o sentido do entrelaçamento entre arte funerária e ideologia, que compreendemos existente no jazigo-capela de Joaquim Nabuco, deita raízes na conjunção de um momento histórico específico e na questão identitária. O primeiro aspecto diz respeito ao momento político do país, à época, quando os ideais republicanos, ancorados na filosofia positivista, conseguiram-se instalar e repercutiram na política, nas relações sociais, na arte, e em vários outros setores da sociedade, seus valores. As obras tumulares do período faziam “publicidade ideológica” patrocinada pelos cofres estaduais. O segundo, guarda relação com a figura do herói, do mito. O herói, enquanto figura singular, desempenha a tarefa da unidade e do reerguimento anímico do social. Pela elaboração de uma memória, através de um conjunto de símbolos e significações retomadas nos momentos específicos de crises e rupturas, quando se faz necessário ou presente pela primeira vez, como vitais ao grupo, o herói passa a ser imprescindível. Incorpora dimensões da sacralidade e atemporalidade. Torna-se mito.

O mito, valendo-se da memória histórica, joga com as dimensões do tempo, com passado e presente com vistas ao futuro, na dimensão benjaminiana de que “através da memória alcançamos a libertação para fora do círculo do tempo” (VELLOSO,¹⁷ 1991, p. 19 apud FÉLIX, 1998, p. 146).

Ao cabo e ao fim, resta-nos dizer: a existência de Joaquim Nabuco não transcorreu em uma única vertente de atuação, senão em várias. Por isso, inspiradora (e evocadora) de memória, de homenagens. Como aquela que está no Cemitério de Santo Amaro, no Recife, desde 1914. É o que a história nos dá conta. E que trouxemos à baila.

Referências

ALENCAR, José Almino de; PESSOA, Ana. (Orgs.). **Joaquim Nabuco: o dever da Política**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

ALONSO, Angela. As três mortes de Nabuco. In: _____. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 13-17.

_____. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. (Orgs.). **Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 60-73.

¹⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Magia e Agoridade: a percepção do historiador segundo Walter Benjamin*. São Paulo: Mimeo, 1991.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. Quem precisa de São Nabuco? **Estudos Afro-Asiáticos**, [da] Universidade Cândido Mendes, v. 23, n. 1, p. 85-97, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-546X20010001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BELLOMO, Harry B. A Arte Funerária. In: BELLOMO, Harry B. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. p. 13-22.

_____. As Origens da Arte Funerária. In: BELLOMO, Harry B. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. p. 39-60.

BONAFÉ, Luigi. **Como se Faz um Herói Republicano: Joaquim Nabuco e a República**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

BORGES, Maria Elizia. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = Funerary Art in Brazil (1890-1930): Italian Marble Carver Craft in Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

_____. Cemitérios secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique. (Orgs.). **Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2014. p. 355-378.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. (Orgs.). **Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, Luíza Fabiana Neitzke de. **A Antiguidade Clássica na Representação do Feminino: Pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica de Arte) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – Instituto de Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/15708>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CASTRO, Vanessa. **Das Igrejas ao Cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Joaquim Nabuco. In: _____. **Pensadores Que Inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 15-62.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 4ª ed. São Paulo: Estação da Liberdade; UNESP, 2006.

COELHO, Antônio Matias. Abordar a Morte, Valorizar a Vida. In: COELHO, Antônio Matias. (Coord.). **Atitudes Perante a Morte**. Coimbra: Livraria Minerva, 1991. p. 7-11.

COLI, Jorge. **O Que é Arte**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, nº 46)

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **José Mamede Alves Ferreira** – sua vida, sua obra. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1985.

DOBERSTEIN, Arnoldo. **Porto Alegre, 1900-1920**: estatuária e ideologia. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2011.

FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do Carisma: a construção mítico-heroica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). **Mitos e Heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. p. 141-160.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Governo do Estado de Pernambuco-Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

G1.GLOBO.COM/PERNAMBUCO. **Cemitério de Santo Amaro pode se tornar patrimônio histórico de Pernambuco**. Vídeo (2m51s). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/videos/v/cemiterio-de-santo-amaro-pode-se-tornar-patrimonio-historico-de-pernambuco/6262411/>> Acesso em: 23 dez. 2017.

GUERRA, Flávio. **O Conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

HADJINICOLAOU, Nicos. **História da arte e movimentos sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

JACKSON, Kenneth David. Uma vida que se narra. **Novos Estudos - CEBRAP**, s/v, nº 82, p. 201-205, nov. 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. 9ª ed. São Paulo: Global, 1997. (Coleção Para Entender, 1).

MARTINS, José de Souza. **História e Arte no Cemitério da Consolação**. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Cultura, Secretaria de Serviços, Serviço Funerário, Arquivo Histórico Municipal, s/d.

MELLO, Frederico Pernambucano de. (Org.) **Iconografia de Joaquim Nabuco**. 2ª ed. Recife: Massangana, 1995.

MOTTA, Antonio. Questão de Classe. **Revista Massangana**, Recife, p. 10- 15, s /d.

_____. Museu da Morte: patrimônios familiares e coleções. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). **Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 280-295.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: TopBooks, 1997. v. I e II.

PLEKHÁNOV, George. **A Arte e a Vida Social**. São Paulo: Brasiliense, 1969 [1912].

REZENDE, Eduardo Coelho M. **Cemitérios**. São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo S.; TAVARES, Davi Kiermes. Entre a Vida e a Morte: cemitérios, em si próprios, são museus? **Museologia e Patrimônio – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v. 10, n. 1, p. 166-187, 2017.

TAVARES, Davi K.; BRAHM, José Paulo S; RIBEIRO, Diego Lemos. Museu da Morte? Vozes e Narrativas no Cemitério de Santo Amaro, Recife/PE. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 96-125, 2016. Disponível em: <<http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

TRINDADE, Hégio (Org.). **O Positivismo: teoria e prática**. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 2 V.

VAUTHIER, Louis-Léger. **Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier: 1840-1846**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.